

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº193/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura municipal de **POMPEIA, ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ nº 44.483.444/0001-09, com sede na Rua Dr. José de Moura Resende, 572, Centro, CEP 17.580-053, na cidade de **POMPEIA**, estado de São Paulo, por meio da Prefeita Municipal, **ISABEL CRISTINA ESCORCE**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço unitário nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Início do Cadastro da Proposta: 25/04/2024

Término do Cadastro da Proposta: 08 de maio de 2024 às 8h

Abertura da Proposta: 08 de maio de 2024 às 8h 15m

Início das Disputas: 08 de maio de 2024 às 8h 30m

Local: www.licitamaibrasil.com.br

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos para suprir às necessidades do Setor de Obras e Serviços do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, para suprir as necessidades do Setor de Obras e Serviços do Município.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme consta do Anexo I – Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, o modo de disputa será aberto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no www.licitamaibrasil.com.br

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte (Cota Reservada), para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente (Devendo ser observada a Súmula 51 do TCE-SP);

2.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação (Devendo ser observada a Súmula 50 do TCE-SP - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação

- judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.);
- 2.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 2.3.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.3.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.3.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.3.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.3.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.3.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.3.12. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.3.13. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.3.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.3.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.6 e 2.3.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.7. O disposto nos itens 2.3.6 e 2.3.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá

participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.3.123.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá fazer as declarações e anexar na documentação, conforme abaixo:

2.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

2.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2.10.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

2.10.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.10.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.10.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.10.8. sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

2.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no site www.licitamaisbrasil.com.br, que permite a participação dos interessados naquela licitação, na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no site da Prefeitura de Pompeia deverá ser feito no sítio www.licitamaisbrasil.com.br,

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no site e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema/portal;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário da Planilha de quantitativos, com preços unitários e globais e marca;

5.1.2. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data da sessão;

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. O Preço global máximo admitido pela administração para o objeto a ser contratado não poderá ser superior ao valor estimado pela contratante.

5.4. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento/negociação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.25.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.25.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.25.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.25.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.25.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.25.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.25.2.2. empresas brasileiras;
- 6.25.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.26. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.28. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.28.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.28.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.28.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.28.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.28.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.29. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.29.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.29.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.29.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.30. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.30.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.30.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.30.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.31. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.32. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.32.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.33. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.33.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.33.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.34. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.35. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.36. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.37. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.37.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no edital e seus anexos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverão estar inclusos no portal da Prefeitura Municipal.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (Apresentação da cópia acompanhada do original para análise do Pregoeiro, ou digital).

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02:00 horas, sob pena de inabilitação.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10. Ressalvada as empresas cadastradas, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9. Habilitação jurídica:

9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

9.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, mediante as seguintes certidões:

9.3.3.1. certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais - INSS, expedida pela Coordenadoria da Receita Federal;

9.3.3.2. certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei; e

9.3.4. prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com apresentação do Certificado de Regularidade, com prazo de validade em vigor, na forma da Lei.

9.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.6. Certidão de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.4 Declaração Conjunta, deverá descrever as seguintes obrigações:

9.4.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.4.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.4.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.4.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.4.5 Declaração de que faz uso dos benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06, pois no ano-calendário da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

9.4.6 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

9.4.7 Declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.4.8 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.4.9 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.4.10 Declaração de que sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do

tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória; de que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

9.4.11 Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

9.5 Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Fase Habilitação:

9.5.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.5.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.5.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.5.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.5.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.5.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer,

de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, ou através do e-mail, licitacao@pompeia.sp.gov.br.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pompeia.sp.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra (quando solicitada);

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital (quando solicitada);

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5. fraudar a licitação;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando solicitada);
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de e-mail licitacao@pompeia.sp.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de pompeia www.pompeia.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.
- 15.11.2. ANEXO II – Declaração Conjunta.
- 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Pompeia, 23 de abril de 2024.

ISABEL CRISTINA ESCORCE
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos para suprir às necessidades do Setor de Obras e Serviços do Município de Pompeia, Estado de São Paulo,

COTA AMPLA DISPUTA E COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

A presente licitação tem cota Ampla Disputa e Cota reservada para ME/EPP, portanto 25% da quantidade estimada é reservada para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme segue:

Item	Descrição - Especificações Técnicas	UN.	Qtde.	Marca	VI.Unit.	VI. Total	Cota
1	ABRAÇADEIRA 2,5 X 100	PT	200				Exclusiva para ME/EPP
2	ABRAÇADEIRA DE CHAPA TIPO U 1/2"	PÇ	30				Exclusiva para ME/EPP
3	ABRAÇADEIRA DE CHAPA TIPO U 3/4"	PÇ	30				Exclusiva para ME/EPP
4	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,6 X 200 BRANCA PACOTE COM 100 PÇS	PT	500				Exclusiva para ME/EPP
5	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8 X 400 BRANCA PACOTE COM 100 PÇS	PT	500				Exclusiva para ME/EPP
6	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO PVC CONDULETE 1"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
7	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO PVC CONDULETE 3/4"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
8	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 170 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
9	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 180 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
10	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 190 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP

11	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 210 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
12	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 230 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
13	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 240 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
14	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 250 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
15	ADAPTADOR DE PORCELANA DE E-27 PARA E-40	PÇ	80				Exclusiva para ME/EPP
16	ADAPTADOR DE PORCELANA DE E-40 PARA E-27	PÇ	80				Exclusiva para ME/EPP
17	ADAPTADOR PVC CONDULETE CINZA SOLDAVEL 1"	PÇ	20				Exclusiva para ME/EPP
18	ADAPTADOR PVC CONDULETE CINZA SOLDAVEL 3/4"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
19	BRAÇO CURTO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CPFL		60				Exclusiva para ME/EPP
20	BRAÇO MÉDIO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CPFL	PÇ	60				Exclusiva para ME/EPP
21	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 10 PACOTE COM 500 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
22	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 12 PACOTE COM 250 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
23	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 5 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
24	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 6 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP

25	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 8 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	4				Exclusiva para ME/EPP
26	BUCHA PARA BLOCO Nº 10 PACOTE COM 250 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
27	BUCHA PARA BLOCO Nº 12 PACOTE COM 50 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
28	BUCHA PARA BLOCO Nº 6 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
29	BUCHA PARA BLOCO Nº 8 PACOTE COM 500 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
30	CABO TORCIDO PRETO E BRANCO 750V - 2 X 1,5MM2 - PADRÃO CPFL	MTS	600				Exclusiva para ME/EPP
31	CAIXA DE LUZ CHAPA PRETA 4 X 4	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
32	CAIXA DE PASSAGEM PVC CONDULETE CINZA 4 X 2	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
33	CAIXA DE PASSAGEM PVC CONDULETE CINZA 4 X 4	PÇ	10				Exclusiva para ME/EPP
34	CAIXA TOMADA SLIM COM 1 MODULO TOMADA DE 20 A 2 POLO + TERRA	PÇ	100				Exclusiva para ME/EPP
35	CANAleta SISTEMA X 20 X 10 X 2,00 MTS COM FITA DUPLA FACE CAIXA COM 50 PEÇAS	CX	16				Ampla Disputa
36	CANAleta SISTEMA X 50 X 50 X 2,00 MTS	PÇ	10				Ampla Disputa
37	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 20 MM ROLO COM 50 MTS	RL	10				Ampla Disputa
38	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 25 MM ROLO COM 50 MTS	RL	13				Ampla Disputa
39	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 32 MM ROLO COM 25 MTS	RL	10				Ampla Disputa

40	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-120-120 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO	PÇ	100				Ampla Disputa
41	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-150 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO 4,0 A 35 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
42	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-70 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO 1,5 A 10 MM	PÇ	150				Ampla Disputa
43	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 16 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
44	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 185 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
45	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 25 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
46	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 35 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
47	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 50 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
48	CONECTOR DE PORCELANA TRIPOLAR 10 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
49	CONECTOR PARA HASTE TERRA 1/2 X 5/8	PÇ	100				Ampla Disputa
50	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO RJ 11, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa
51	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA CEGA, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	200				Ampla Disputa
52	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA CEGA, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	500				Ampla Disputa
53	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO CEGO, RANCO BRILHANTE - TAMNAHO 4 X 2	PÇ	500				Ampla Disputa
54	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO COM FURO, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	500				Ampla Disputa
55	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO RJ 45, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa

56	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 10 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	200				Ampla Disputa
57	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 20 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	100				Ampla Disputa
58	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 20 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa
59	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO VERTICAL MAIS MODULO INTERRUPTOR SIMPLES 10 A, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	100				Ampla Disputa
60	CURVA ELETRODUTO PVC PRETA 180° X 1"	PÇ	30				Ampla Disputa
61	CURVA ELETRODUTO PVC PRETA 90° X 1"	PÇ	30				Ampla Disputa
62	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR SDLS 160 A	PÇ	20				Ampla Disputa
63	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR SDLS 300 A	PÇ	3				Ampla Disputa
64	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 10 A	PÇ	250				Ampla Disputa
65	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 16 A	PÇ	10				Ampla Disputa
66	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 20 A	PÇ	50				Ampla Disputa
67	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 25 A	PÇ	10				Ampla Disputa
68	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 32 A	PÇ	50				Ampla Disputa
69	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 40 A	PÇ	10				Ampla Disputa
70	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 50 A	PÇ	50				Ampla Disputa
71	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 63 A	PÇ	50				Ampla Disputa
72	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 70 A	PÇ	6				Ampla Disputa
73	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 80 A	PÇ	6				Ampla Disputa
74	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 100 A	PÇ	50				Ampla Disputa

75	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 150 A	PÇ	50				Ampla Disputa
76	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 32 A	PÇ	20				Ampla Disputa
77	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 50 A	PÇ	20				Ampla Disputa
78	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 63 A	PÇ	20				Ampla Disputa
79	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 80 A	PÇ	20				Ampla Disputa
80	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 10 A	PÇ	20				Ampla Disputa
81	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 16 A	PÇ	20				Ampla Disputa
82	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 20 A	PÇ	60				Ampla Disputa
83	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 25 A	PÇ	60				Ampla Disputa
84	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 32 A	PÇ	40				Ampla Disputa
85	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 40 A	PÇ	20				Ampla Disputa
86	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 63 A	PÇ	50				Ampla Disputa
87	DPS PROTETOR SURTO 15 KA 175V	PÇ	30				Ampla Disputa
88	ELETRODUTO PVC CONDULETE CINZA 1 X 3 MTS	BR	30				Ampla Disputa
89	ELETRODUTO PVC CONDULETE CINZA 3/4 X 3 MTS	BR	30				Ampla Disputa
90	ESPELHO CONDULETE CINZA 1 TECLA	PÇ	20				Ampla Disputa
91	ESPELHO CONDULETE CINZA TAMPA CEGA	PÇ	40				Ampla Disputa
92	ESPELHO CONDULETE CINZA TOMADA PADRÃO NOVO	PÇ	40				Ampla Disputa
93	FIO CABO FLEXIVEL 1,50 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
94	FIO CABO FLEXIVEL 10,00 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
95	FIO CABO FLEXIVEL 16,00 MM - CORES	MTS	2.000				Ampla Disputa
96	FIO CABO FLEXIVEL 185 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
97	FIO CABO FLEXIVEL 2,50 MM - CORES	MTS	12.000				Ampla Disputa
98	FIO CABO FLEXIVEL 25,00 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
99	FIO CABO FLEXIVEL 35,00 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
100	FIO CABO FLEXIVEL 4 ,00 MM - CORES	MTS	2.000				Ampla Disputa
101	FIO CABO FLEXIVEL 6,00 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
102	FIO CABO FLEXIVEL 70,00 MM - CORES	MTS	300				Ampla Disputa

103	FIO CABO P.P. 2 X 1,50 MM	MTS	3.000				Ampla Disputa
104	FIO CABO P.P. 2 X 2,50 MM	MTS	3.000				Ampla Disputa
105	FIO CABO P.P. 3 X 2,50 MM	MTS	2.000				Ampla Disputa
106	FIO CABO QUADRUPLIX 4 X 16 MM COLOR	MTS	1.000				Ampla Disputa
107	FIO CORDAO PARALELO 2 X 1,50 MM	MTS	2.000				Ampla Disputa
108	FIO CORDAO PARALELO 2 X 2,50 MM	MTS	5.000				Ampla Disputa
109	FITA ISOLANTE 18 MM X 20 MTS	PÇ	800				Ampla Disputa
110	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 19 MM X 10 MTS	PÇ	500				Ampla Disputa
111	GLOBO DE VIDRO BOLA LEITOSA GRANDE 15 X 28	PÇ	50				Ampla Disputa
112	GRAMPO PARA FIXAR FIO 2,5 A 4,0 MM PACOTE COM 20 PÇS	PÇ	26				Ampla Disputa
113	HASTE TERRA COBREADA 1/2 X 2,40 MTS (11MM)	PÇ	20				Ampla Disputa
114	LAMPADA LED BULBO 12 WTS 6.500 K	PÇ	200				Ampla Disputa
115	LAMPADA LED BULBO 15 WTS 6.500 K	PÇ	500				Ampla Disputa
116	LAMPADA LED BULBO 30 WTS 6.500 K ALTO FATOR	PÇ	50				Ampla Disputa
117	LAMPADA LED BULBO 40 WTS, 6.400 (K) ALTO FATOR	UNI	500				Ampla Disputa
118	LAMPADA LED BULBO 50 WTS 6.400 K ALTO FATOR	PÇ	600				Ampla Disputa
119	LAMPADA LED TUBULAR 18 WTS 6.500 K	PÇ	1.000				Ampla Disputa
120	LAMPADA LED TUBULAR 9 WTS 6.000 K	PÇ	78				Ampla Disputa
121	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 100 W	PÇ	60				Ampla Disputa
122	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 150 W	UNI	150				Ampla Disputa
123	LAMPADA VAPOR METALICO 250 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
124	LAMPADA VAPOR METALICO 400 WTS	PÇ	500				Ampla Disputa
125	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS	PÇ	50				Ampla Disputa
126	LUMINARIA DE LED 18 WTS 6.500 K	PÇ	30				Ampla Disputa
127	LUMINARIA DE LED 36 WTS 6.500 K	PÇ	30				Ampla Disputa
128	LUMINÁRIA INTEGRADA PADRÃO CPFL	PÇ	60				Ampla Disputa
129	LUMINARIA PÚBLICA LED 100V 6500K BIV MODELO PÉTALA	PÇ	200				Ampla Disputa
130	LUVA CONDULETE CINZA SOLDAVEL 1"	PÇ	50				Ampla Disputa

131	LUVA CONDULETE CINZA SOLDABEL 3/4"	PÇ	50				Ampla Disputa
132	ORGANIZADOR DE FIO 1,00 MTS PRETO	PÇ	100				Ampla Disputa
133	PARAFUSO FRANCES 16 X70 FERRO GALVANIZADO PADRÃO CPFL	PÇ	150				Ampla Disputa
134	PLAFON LED DE EMBUTIR 24 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
135	PLAFON LED SOBREPOR 18 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
136	PLAFON LED SOBREPOR 24 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
137	PLAFON PLASTICO 2 LAMPADAS SOQUETE PORCELANA	PÇ	300				Ampla Disputa
138	PLAFON PLASTICO SOQUETE DE PORCELANA	PÇ	500				Ampla Disputa
139	POSTE 7,5 X 200 DUPLO T LIMPO	PC	30				Ampla Disputa
140	POSTE ENTRADA DE ENERGIA COM CAIXA ENCORPORADA CABO DE COBRE E DPS BIFASICO CABO 16 MM	PÇ	10				Ampla Disputa
141	POSTE ENTRADA DE ENERGIA COM CAIXA ENCORPORADA COMPLETO CABO DE COBRE E DPS TRIFASICO CABO 25 MM	PÇ	5				Ampla Disputa
142	POSTES TELEFÔNICOS (REDONDO) EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO, Ø60,3 X ESP. 2,75MM CONIFICADO, COM ESPERAS (BRAÇO 1 METRO CADA LADO) PARA DUAS LUMINÁRIAS, ALTURA 3,00M COM BASE (FLANGE).	PÇ	100				Ampla Disputa
143	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 100W	PÇ	60				Ampla Disputa
144	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W	PÇ	150				Ampla Disputa
145	REATOR VAPOR METALICO 250 W X 220 V	PÇ	50				Ampla Disputa
146	REATOR VAPOR METALICO 400 W X 220 V	PÇ	325				Ampla Disputa
147	REFLETOR LED 100 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
148	REFLETOR LED 200 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
149	REFLETOR LED 400 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
150	REFLETOR LED 50 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
151	REFLETORES 100W LED VERDE À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	500				Ampla Disputa
152	REFLETORES 100W LED VERMELHO E À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa

153	REFLETORES 100W LED AZUL E À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
154	REFLETORES 50W LED VERDE A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	500				Ampla Disputa
155	REFLETORES 50W LED VERMELHO E A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
156	REFLETORES 50W LED AZUL E A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
157	REISTENCIA 220 X 5500 W	PÇ	50				Ampla Disputa
158	RELE FOTO CELULA 600/1000 W - CONECTOR	PÇ	500				Ampla Disputa
159	RELE FOTOELÉTRICO 500W/220V	PÇ	60				Ampla Disputa
160	ROLDANA PORCELANA 72 X 72	PÇ	50				Ampla Disputa
161	SISTEMA X 1 TECLA	PÇ	20				Ampla Disputa
162	SISTEMA X 1 TECLA PARALELO	PÇ	5				Ampla Disputa
163	SISTEMA X 2 TOMADA 10A	PÇ	50				Ampla Disputa
164	SISTEMA X TELEFONE RJ11	PÇ	50				Ampla Disputa
165	SISTEMA X TOMADA 10A	PÇ	150				Ampla Disputa
166	SISTEMA X TOMADA 20 A	PÇ	50				Ampla Disputa
167	SUPORTE PARA RELE FOTOCELULA BS2	PÇ	500				Ampla Disputa
168	TERMINAL COMPRESSÃO 16	PÇ	50				Ampla Disputa
169	TERMINAL COMPRESSÃO 185	PC	30				Ampla Disputa
170	TERMINAL COMPRESSÃO 25	PÇ	30				Ampla Disputa
171	TERMINAL COMPRESSÃO 35	PÇ	30				Ampla Disputa
172	TERMINAL COMPRESSÃO 50	PÇ	30				Ampla Disputa
173	TERMINAL COMPRESSÃO 95	PC	30				Ampla Disputa
174	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 16 MM	PÇ	12				Ampla Disputa
175	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 25 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
176	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 35 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
177	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 50 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
178	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 70 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
179	CONTATOR 25 AMP	UN	10				Ampla Disputa

180	CONTATOR 32 AMP	UN	10				Ampla Disputa
181	CONTATOR 40 AMP	UN	5				Ampla Disputa
182	CONTATOR 50 AMP	UN	5				Ampla Disputa
183	TERMINAL DE COMPRESSÃO TIPO OLHAL 240 MM	UN	50				Ampla Disputa
184	CABO DE COBRRE NU 50MM²	MET	200				Ampla Disputa
185	CABO FLEXÍVEL 240MM² PRETO	MET	200				Ampla Disputa
186	CABO FLEXIVEL 240MM² AZUL	MET	150				Ampla Disputa
187	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 600 AMPER	UN	3				Ampla Disputa
188	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE B1	UN	10				Ampla Disputa
189	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE B2	UN	5				Ampla Disputa
190	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE C1	UN	5				Ampla Disputa
	TOTAL GERAL						

Os materiais relacionados acima serão adquiridos de modo parcelado, conforme a necessidade do MUNICÍPIO DE POMPEIA.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

As despesas de transporte dos produtos correrão por conta e risco da Contratada, ficando o MUNICÍPIO DE POMPEIA isento de qualquer ônus e encargos.

Os materiais não implicam na sua aceitação, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a qualidade e atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência e no Edital.

-As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

-A aceitação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos materiais oferecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

-O fornecimento dos materiais serão realizadas em etapas, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, que manifestará quando, e, todos os detalhes a fiel execução de alguma

manutenção ou obra, quando solicitada, estando os materiais em consonância com as regras da legislação vigente.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Os materiais serão entregues de acordo com a necessidade do município de Pompeia, nos locais e horários indicados pelo Setor requisitante na área urbana e Vila Paulópolis, no prazo de até 05 dias.

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A prestação de informações técnicas pertinentes ao objeto, bem como a fiscalização de eventuais contratos firmados em decorrência desta licitação, ficará a cargo do Sr. Everton Tavares Amorim de Lira, Secretário Municipal de Obras e Serviços e do Sr. Rodrigo Lourenço Lopes, Chefe do setor de obras, cujo telefone é (14) 3405-1514 ou 3405-1500, e-mail: obras@pompeia.sp.gov.br.

PROPOSTA

No preço proposto deverão estar inclusos todos os custos e despesas, assim como fretes, tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aceite da Nota Fiscal de cada fornecimento, devidamente aferido.

VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- Deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital (quando exigida);
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- Fraudar a licitação;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando exigida);
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar e
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida.
- As peculiaridades do caso concreto
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica, considerando a necessidade de reparos, manutenção, substituição e instalação em próprios públicos, tendo em vista a necessidade de constante manutenção.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por item.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO Nº 1932024

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante legal que esta subscreve, **DECLARA:**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante legal que esta subscreve, **DECLARA:**

- Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Que faz uso dos benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06, pois no ano-calendário da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- que sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória; de que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

- que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

- que está ciente e atende as vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

MINUTA DE ATA/CONTRATO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SUPRIR ÀS NECESSIDADES DO SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE POMPEIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMPEIA E A EMPRESA ...

CONTRATO Nº /2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 – PROCESSO Nº 193/2024
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: XX/XX/2024

O **MUNICÍPIO DE POMPEIA, ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Rua José de Moura Resende, 572, Centro, Pompeia/SP, inscrita no CNPJ sob nº 44.483.444/0001-09, neste ato representado pela Sra. Prefeita Municipal, **ISABEL CRISTINA ESCORCE**, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **XXXX** inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede à Rua XXXX, representada por seu Diretor XXXX, inscrito no CREA nº XXXX, portador do RG. nº XXXXX, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, nos termos e para fins da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**, que será regido pela Lei federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 alterada pela 147/14, e demais legislações pertinentes, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente é a contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades do Setor de Obras e Serviços do Município de Pompeia.

CLAÚSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E QUANTIDADE CONTRATADA

Item	Descrição	UN	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Em conformidade ao artigo 17 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil".

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após recebimento da nota fiscal e conferência minuciosa, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Os serviços não implicam na sua aceitação, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a qualidade, tamanho e atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência e no Edital.

6.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

6.3 A aceitação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos serviços oferecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

6.4 A prestação de serviço será realizada em etapas, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, que manifestará quando, e, todos os detalhes a fiel execução da publicação, quando solicitada, estando as publicações em consonância com as regras da legislação vigente.

6.5 O serviço deverá ser realizado de forma imediata, com a publicação realizada no máximo em 01 (um) dia útil após o envio pelo CONTRATANTE, e vinculado ao instrumento contratual derivado deste procedimento licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à PREFEITURA ou à terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste Contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento feito pela PREFEITURA ou por seu preposto.

7.2 Refazer, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados de responsabilidade da CONTRATADA.

7.3 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

7.3.1 Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão.

7.3.2 Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao objeto deste Contrato;

7.3.3 Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na execução do contrato.

7.4 À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução do objeto deste Contrato, bem como pelos serviços executados por terceiros sob sua administração.

7.5 Fica a Contratada obrigada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos, mantendo à disposição da Contratante toda e qualquer documentação pertinente (ficha de registro, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, exames admissionais e periódicos);

7.7 Responsabilizar-se civil e/ou criminalmente por danos decorrentes de ação, omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus profissionais e/ou sócios, nessa qualidade, causarem a qualquer pessoa, bens públicos, privados, móveis, imóveis, e equipamentos deste nos termos da legislação vigente.

7.8 Aceitar e reconhecer que não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre a Contratante e os profissionais que forem desempenhar os serviços;

7.9 Suportar integralmente todos os custos, despesas, pagamentos de verbas, indenizações, direitos e quaisquer outros valores estipulados em acordo, sentença e demais decisões, relativos a reclamações trabalhistas, bem como em decorrência de processos judiciais cíveis e/ou trabalhistas de qualquer natureza, que sejam eventualmente instaurados ou ajuizados em desfavor da Prefeitura por sócios, ex-sócios, funcionários ou ex-funcionários da Contratada, sendo que em tais casos a Contratada requererá em juízo a exclusão da Contratante do feito;

7.10 Atender fielmente as exigências constantes (Execução dos Serviços).

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

8.1 São obrigações da PREFEITURA:

8.2 Fornecer à CONTRATADA, todos os dados necessários à execução do objeto do Contrato, considerando a natureza dos mesmos.

8.3 Efetuar os pagamentos conforme disposto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA – DA QUALIDADE

9.1 As publicações deverão ser de 1ª qualidade, totalmente legível, atendendo os tamanhos autorizados pela contratante. Caso seja efetuada publicação ilegível, está deverá ser republicada e as despesas correrão por conta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato será fiscalizado/acompanhado pelo Sr. XXXX, Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

11.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.9 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 - advertência;

11.2.2 - multa;

11.2.3 - impedimento de licitar e contratar;

- 11.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 11.5 - A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).
- 11.6 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.7 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.8 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica.
- 11.9 - As sanções previstas nos incisos 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.4 do item 11.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no 11.2.2.
- 11.10 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.11 - A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES:

- 12.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos pela Lei Federal de Licitações Nº 14.133/21 e demais alterações posteriores:
- 12.1.1 - Unilateralmente pela Administração;
- 12.1.2 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetos.
- 12.1.3 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.
- 12.2 - Por acordo entre as partes:
- 12.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

12.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, serviço ou material, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviço;

12.2.4 - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.3 - Nas alterações unilaterais a que se refere o item 12.1.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito em caso de:

13.1.1 - Injustificável recusa em assinar, aceitar ou retirar o contrato dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;

13.1.2 - Nos casos de inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual;

13.1.3 - Nos casos de inexecução parcial do CONTRATO, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do contrato;

13.1.4 - Não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.5 - Má execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

14.1 - O presente contrato filia-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2024, e deverá ser interpretado em sua consonância, regido pela Lei federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1 As partes signatárias deste Contrato elegem a Comarca de Pompeia, Estado de São Paulo com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Pompeia/SP, ____ de _____ de 20 ____.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: ____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _

Assinatura: ____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _

Assinatura: ____

Pela contratada:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _

Assinatura: ____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _

Assinatura: ____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _

Cargo: _

CPF: _

Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome: _

Cargo: _

CPF: _

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _

Cargo: _

CPF: _

Assinatura: ____

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 – PROCESSO Nº 193/2024

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CNPJ:

FONE:

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de elétricos para suprir às necessidades do Setor de Obras e Serviços do município de Pompéia, por um período de 12 meses.

Item	Descrição - Especificações Técnicas	UN.	Qtde.	Marca	VI.Unit.	VI. Total	Cota
1	ABRAÇADEIRA 2,5 X 100	PT	200				Exclusiva para ME/EPP
2	ABRAÇADEIRA DE CHAPA TIPO U 1/2"	PÇ	30				Exclusiva para ME/EPP
3	ABRAÇADEIRA DE CHAPA TIPO U 3/4"	PÇ	30				Exclusiva para ME/EPP
4	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,6 X 200 BRANCA PACOTE COM 100 PÇS	PT	500				Exclusiva para ME/EPP
5	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8 X 400 BRANCA PACOTE COM 100 PÇS	PT	500				Exclusiva para ME/EPP
6	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO PVC CONDULETE 1"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
7	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO PVC CONDULETE 3/4"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
8	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 170 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP

9	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 180 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
10	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 190 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
11	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 210 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
12	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 230 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
13	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 240 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
14	ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR 250 PADRÃO CPFL	PÇ	120				Exclusiva para ME/EPP
15	ADAPTADOR DE PORCELANA DE E-27 PARA E-40	PÇ	80				Exclusiva para ME/EPP
16	ADAPTADOR DE PORCELANA DE E-40 PARA E-27	PÇ	80				Exclusiva para ME/EPP
17	ADAPTADOR PVC CONDULETE CINZA SOLDAVEL 1"	PÇ	20				Exclusiva para ME/EPP
18	ADAPTADOR PVC CONDULETE CINZA SOLDAVEL 3/4"	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
19	BRAÇO CURTO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CPFL		60				Exclusiva para ME/EPP
20	BRAÇO MÉDIO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CPFL	PÇ	60				Exclusiva para ME/EPP
21	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 10 PACOTE COM 500 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
22	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 12 PACOTE COM 250 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP

23	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 5 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
24	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 6 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
25	BUCHA DE FIXAÇÃO Nº 8 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	4				Exclusiva para ME/EPP
26	BUCHA PARA BLOCO Nº 10 PACOTE COM 250 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
27	BUCHA PARA BLOCO Nº 12 PACOTE COM 50 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
28	BUCHA PARA BLOCO Nº 6 PACOTE COM 1000 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
29	BUCHA PARA BLOCO Nº 8 PACOTE COM 500 PÇS	PT	2				Exclusiva para ME/EPP
30	CABO TORCIDO PRETO E BRANCO 750V - 2 X 1,5MM2 - PADRÃO CPFL	MTS	600				Exclusiva para ME/EPP
31	CAIXA DE LUZ CHAPA PRETA 4 X 4	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
32	CAIXA DE PASSAGEM PVC CONDULETE CINZA 4 X 2	PÇ	50				Exclusiva para ME/EPP
33	CAIXA DE PASSAGEM PVC CONDULETE CINZA 4 X 4	PÇ	10				Exclusiva para ME/EPP
34	CAIXA TOMADA SLIM COM 1 MODULO TOMADA DE 20 A 2 POLO + TERRA	PÇ	100				Exclusiva para ME/EPP
35	CANALETA SISTEMA X 20 X 10 X 2,00 MTS COM FITA DUPLA FACE CAIXA COM 50 PEÇAS	CX	16				Ampla Disputa
36	CANALETA SISTEMA X 50 X 50 X 2,00 MTS	PÇ	10				Ampla Disputa

37	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 20 MM ROLO COM 50 MTS	RL	10				Ampla Disputa
38	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 25 MM ROLO COM 50 MTS	RL	13				Ampla Disputa
39	CONDUITE CORRUGADO AMARELO 32 MM ROLO COM 25 MTS	RL	10				Ampla Disputa
40	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-120-120 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO	PÇ	100				Ampla Disputa
41	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-150 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO 4,0 A 35 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
42	CONECTOR AUTO PERFURANTE CDP-70 1 PARAFUSO DERIVAÇÃO 1,5 A 10 MM	PÇ	150				Ampla Disputa
43	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 16 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
44	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 185 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
45	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 25 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
46	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 35 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
47	CONECTOR DE LATÃO PARA CABO 50 MM	PÇ	30				Ampla Disputa
48	CONECTOR DE PORCELANA TRIPOLAR 10 MM	PÇ	50				Ampla Disputa
49	CONECTOR PARA HASTE TERRA 1/2 X 5/8	PÇ	100				Ampla Disputa
50	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO RJ 11, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa
51	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA CEGA, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	200				Ampla Disputa
52	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA CEGA, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	500				Ampla Disputa
53	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO CEGO, RANCO BRILHANTE - TAMNAHO 4 X 2	PÇ	500				Ampla Disputa
54	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS	PÇ	500				Ampla Disputa

	MODULO COM FURO, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2						
55	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO RJ 45, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa
56	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 10 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	200				Ampla Disputa
57	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 20 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	100				Ampla Disputa
58	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO HORIZONTAL MAIS MODULO TOMADA 2P+T DE 20 A, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	20				Ampla Disputa
59	CONJUNTO DE EMBUTIR SUPORTE MAIS PLACA DE 1 POSTO VERTICAL MAIS MODULO INTERRUPTOR SIMPLES 10 A, SEM PARAFUSOS APARENTES, BRANCO BRILHANTE - TAMANHO 4 X 2	PÇ	100				Ampla Disputa
60	CURVA ELETRODUTO PVC PRETA 180° X 1"	PÇ	30				Ampla Disputa
61	CURVA ELETRODUTO PVC PRETA 90° X 1"	PÇ	30				Ampla Disputa
62	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR SDLS 160 A	PÇ	20				Ampla Disputa
63	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR SDLS 300 A	PÇ	3				Ampla Disputa
64	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 10 A	PÇ	250				Ampla Disputa
65	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 16 A	PÇ	10				Ampla Disputa
66	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 20 A	PÇ	50				Ampla Disputa
67	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 25 A	PÇ	10				Ampla Disputa
68	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 32 A	PÇ	50				Ampla Disputa
69	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 40 A	PÇ	10				Ampla Disputa

70	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 50 A	PÇ	50				Ampla Disputa
71	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 63 A	PÇ	50				Ampla Disputa
72	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 70 A	PÇ	6				Ampla Disputa
73	DISJUNTOR MODELO DIN BIPOLAR 80 A	PÇ	6				Ampla Disputa
74	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 100 A	PÇ	50				Ampla Disputa
75	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 150 A	PÇ	50				Ampla Disputa
76	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 32 A	PÇ	20				Ampla Disputa
77	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 50 A	PÇ	20				Ampla Disputa
78	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 63 A	PÇ	20				Ampla Disputa
79	DISJUNTOR MODELO DIN TRIPOLAR 80 A	PÇ	20				Ampla Disputa
80	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 10 A	PÇ	20				Ampla Disputa
81	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 16 A	PÇ	20				Ampla Disputa
82	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 20 A	PÇ	60				Ampla Disputa
83	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 25 A	PÇ	60				Ampla Disputa
84	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 32 A	PÇ	40				Ampla Disputa
85	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 40 A	PÇ	20				Ampla Disputa
86	DISJUNTOR MODELO DIN UNIPOLAR 63 A	PÇ	50				Ampla Disputa
87	DPS PROTETOR SURTO 15 KA 175V	PÇ	30				Ampla Disputa
88	ELETRODUTO PVC CONDULETE CINZA 1 X 3 MTS	BR	30				Ampla Disputa
89	ELETRODUTO PVC CONDULETE CINZA 3/4 X 3 MTS	BR	30				Ampla Disputa
90	ESPELHO CONDULETE CINZA 1 TECLA	PÇ	20				Ampla Disputa
91	ESPELHO CONDULETE CINZA TAMPA CEGA	PÇ	40				Ampla Disputa
92	ESPELHO CONDULETE CINZA TOMADA PADRÃO NOVO	PÇ	40				Ampla Disputa
93	FIO CABO FLEXIVEL 1,50 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
94	FIO CABO FLEXIVEL 10,00 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
95	FIO CABO FLEXIVEL 16,00 MM - CORES	MTS	2.000				Ampla Disputa
96	FIO CABO FLEXIVEL 185 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
97	FIO CABO FLEXIVEL 2,50 MM - CORES	MTS	12.000				Ampla Disputa

98	FIO CABO FLEXIVEL 25,00 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
99	FIO CABO FLEXIVEL 35,00 MM - CORES	MTS	1.000				Ampla Disputa
100	FIO CABO FLEXIVEL 4 ,00 MM - CORES	MTS	2.000				Ampla Disputa
101	FIO CABO FLEXIVEL 6,00 MM - CORES	MTS	3.000				Ampla Disputa
102	FIO CABO FLEXIVEL 70,00 MM - CORES	MTS	300				Ampla Disputa
103	FIO CABO P.P. 2 X 1,50 MM	MTS	3.000				Ampla Disputa
104	FIO CABO P.P. 2 X 2,50 MM	MTS	3.000				Ampla Disputa
105	FIO CABO P.P. 3 X 2,50 MM	MTS	2.000				Ampla Disputa
106	FIO CABO QUADRUPLIX 4 X 16 MM COLOR	MTS	1.000				Ampla Disputa
107	FIO CORDAO PARALELO 2 X 1,50 MM	MTS	2.000				Ampla Disputa
108	FIO CORDAO PARALELO 2 X 2,50 MM	MTS	5.000				Ampla Disputa
109	FITA ISOLANTE 18 MM X 20 MTS	PÇ	800				Ampla Disputa
110	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 19 MM X 10 MTS	PÇ	500				Ampla Disputa
111	GLOBO DE VIDRO BOLA LEITOSA GRANDE 15 X 28	PÇ	50				Ampla Disputa
112	GRAMPO PARA FIXAR FIO 2,5 A 4,0 MM PACOTE COM 20 PÇS	PÇ	26				Ampla Disputa
113	HASTE TERRA COBREADA 1/2 X 2,40 MTS (11MM)	PÇ	20				Ampla Disputa
114	LAMPADA LED BULBO 12 WTS 6.500 K	PÇ	200				Ampla Disputa
115	LAMPADA LED BULBO 15 WTS 6.500 K	PÇ	500				Ampla Disputa
116	LAMPADA LED BULBO 30 WTS 6.500 K ALTO FATOR	PÇ	50				Ampla Disputa
117	LAMPADA LED BULBO 40 WTS, 6.400 (K) ALTO FATOR	UNI	500				Ampla Disputa
118	LAMPADA LED BULBO 50 WTS 6.400 K ALTO FATOR	PÇ	600				Ampla Disputa
119	LAMPADA LED TUBULAR 18 WTS 6.500 K	PÇ	1.000				Ampla Disputa
120	LAMPADA LED TUBULAR 9 WTS 6.000 K	PÇ	78				Ampla Disputa
121	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 100 W	PÇ	60				Ampla Disputa
122	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 150 W	UNI	150				Ampla Disputa
123	LAMPADA VAPOR METALICO 250 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
124	LAMPADA VAPOR METALICO 400 WTS	PÇ	500				Ampla Disputa
125	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS	PÇ	50				Ampla Disputa

126	LUMINARIA DE LED 18 WTS 6.500 K	PÇ	30				Ampla Disputa
127	LUMINARIA DE LED 36 WTS 6.500 K	PÇ	30				Ampla Disputa
128	LUMINÁRIA INTEGRADA PADRÃO CPFL	PÇ	60				Ampla Disputa
129	LUMINARIA PÚBLICA LED 100V 6500K BIV MODELO PÉTALA	PÇ	200				Ampla Disputa
130	LUVA CONDULETE CINZA SOLDAVEL 1"	PÇ	50				Ampla Disputa
131	LUVA CONDULETE CINZA SOLDAVEL 3/4"	PÇ	50				Ampla Disputa
132	ORGANIZADOR DE FIO 1,00 MTS PRETO	PÇ	100				Ampla Disputa
133	PARAFUSO FRANCES 16 X70 FERRO GALVANIZADO PADRÃO CPFL	PÇ	150				Ampla Disputa
134	PLAFON LED DE EMBUTIR 24 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
135	PLAFON LED SOBREPOR 18 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
136	PLAFON LED SOBREPOR 24 WTS	PÇ	50				Ampla Disputa
137	PLAFON PLASTICO 2 LAMPADAS SOQUETE PORCELANA	PÇ	300				Ampla Disputa
138	PLAFON PLASTICO SOQUETE DE PORCELANA	PÇ	500				Ampla Disputa
139	POSTE 7,5 X 200 DUPLO T LIMPO	PC	30				Ampla Disputa
140	POSTE ENTRADA DE ENERGIA COM CAIXA ENCORPORADA CABO DE COBRE E DPS BIFASICO CABO 16 MM	PÇ	10				Ampla Disputa
141	POSTE ENTRADA DE ENERGIA COM CAIXA ENCORPORADA COMPLETO CABO DE COBRE E DPS TRIFASICO CABO 25 MM	PÇ	5				Ampla Disputa
142	POSTES TELEFÔNICOS (REDONDO) EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO, Ø60,3 X ESP. 2,75MM CONIFICADO, COM ESPERAS (BRAÇO 1 METRO CADA LADO) PARA DUAS LUMNÁRIAS, ALTURA 3,00M COM BASE (FLANGE).	PÇ	100				Ampla Disputa
143	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 100W	PÇ	60				Ampla Disputa
144	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W	PÇ	150				Ampla Disputa
145	REATOR VAPOR METALICO 250 W X 220 V	PÇ	50				Ampla Disputa
146	REATOR VAPOR METALICO 400 W X 220 V	PÇ	325				Ampla Disputa
147	REFLETOR LED 100 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa

148	REFLETOR LED 200 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
149	REFLETOR LED 400 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
150	REFLETOR LED 50 WTS	PÇ	100				Ampla Disputa
151	REFLETORES 100W LED VERDE À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	500				Ampla Disputa
152	REFLETORES 100W LED VERMELHO E À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
153	REFLETORES 100W LED AZUL E À PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
154	REFLETORES 50W LED VERDE A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	500				Ampla Disputa
155	REFLETORES 50W LED VERMELHO E A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
156	REFLETORES 50W LED AZUL E A PROVA D'AGUA RETANGULAR	PÇ	150				Ampla Disputa
157	REISTENCIA 220 X 5500 W	PÇ	50				Ampla Disputa
158	RELE FOTO CELULA 600/1000 W - CONECTOR	PÇ	500				Ampla Disputa
159	RELE FOTOELÉTRICO 500W/220V	PÇ	60				Ampla Disputa
160	ROLDANA PORCELANA 72 X 72	PÇ	50				Ampla Disputa
161	SISTEMA X 1 TECLA	PÇ	20				Ampla Disputa
162	SISTEMA X 1 TECLA PARALELO	PÇ	5				Ampla Disputa
163	SISTEMA X 2 TOMADA 10A	PÇ	50				Ampla Disputa
164	SISTEMA X TELEFONE RJ11	PÇ	50				Ampla Disputa
165	SISTEMA X TOMADA 10A	PÇ	150				Ampla Disputa
166	SISTEMA X TOMADA 20 A	PÇ	50				Ampla Disputa
167	SUPORTE PARA RELE FOTOCELULA BS2	PÇ	500				Ampla Disputa
168	TERMINAL COMPRESSÃO 16	PÇ	50				Ampla Disputa
169	TERMINAL COMPRESSÃO 185	PC	30				Ampla Disputa
170	TERMINAL COMPRESSÃO 25	PÇ	30				Ampla Disputa
171	TERMINAL COMPRESSÃO 35	PÇ	30				Ampla Disputa
172	TERMINAL COMPRESSÃO 50	PÇ	30				Ampla Disputa
173	TERMINAL COMPRESSÃO 95	PC	30				Ampla Disputa

174	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 16 MM	PÇ	12				Ampla Disputa
175	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 25 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
176	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 35 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
177	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 50 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
178	TERMINAL PRESSÃO LATÃO 70 MM	PÇ	21				Ampla Disputa
179	CONTATOR 25 AMP	UN	10				Ampla Disputa
180	CONTATOR 32 AMP	UN	10				Ampla Disputa
181	CONTATOR 40 AMP	UN	5				Ampla Disputa
182	CONTATOR 50 AMP	UN	5				Ampla Disputa
183	TERMINAL DE COMPRESSÃO TIPO OLHAL 240 MM	UN	50				Ampla Disputa
184	CABO DE COBRRE NU 50MM²	MET	200				Ampla Disputa
185	CABO FLEXÍVEL 240MM² PRETO	MET	200				Ampla Disputa
186	CABO FLEXIVEL 240MM² AZUL	MET	150				Ampla Disputa
187	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 600 AMPER	UN	3				Ampla Disputa
188	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE B1	UN	10				Ampla Disputa
189	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE B2	UN	5				Ampla Disputa
190	POSTE PADRÃO CPFL COM LENTE NO ALTO - POSTE C1	UN	5				Ampla Disputa
	TOTAL GERAL						

Validade da Proposta: 60 dias.

Declaro que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome a Assinatura do Representante Legal